

22. INÍCIO DE PROCEDIMENTO - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO MUNÍCIO DE BRAGA:

Da **Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita**, submetendo à consideração do Executivo Municipal a autorização para iniciar o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Braga, nos termos do artº. 98.º do CPA, que se anexa.



BRAGA
Município

DMG – DF-DCFAR

N.º Informação: 69819

Data : 02/11/2021

Despacho	Despacho
Despacho	

Assunto : Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Braga

Considerando que:

- 1 - Com a aprovação da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, foi alterada a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, designadamente, quanto ao modelo de concessão pelos Municípios de benefícios fiscais (isenções totais ou parciais) relativamente aos impostos e outros tributos próprios (artigo 16.º);
- 2 - A atribuição de benefícios fiscais (isenções totais ou parciais) passou a ter por base, obrigatoriamente, um regulamento, aprovado pela Assembleia Municipal, no qual constam os critérios e condições para atribuição das referidas isenções, totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios, bem como a respetiva fundamentação;
- 3 - Os impostos cujo produto da cobrança constitui receita municipal estão previstos no artigo 14.º da referida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e são eles, para efeitos do projeto de Regulamento de Benefícios Fiscais no âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, cuja aprovação se propõe: o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e a Derrama;
- 4 - O artigo 15.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro prevê que os Municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nomeadamente, para a concessão de benefícios fiscais, nos termos do n.º 2 do seu artigo 16.º;